

CAROLINA DE CÁSSIA XAVIER GISOLFI

**A RELAÇÃO DOS CORPOS TRAVESTIS E TRANS FEMININOS *COM E NA*
CIDADE DE SÃO PAULO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de São Paulo como
requisito parcial para obtenção do grau em
Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Andréa Cláudia Miguel Marques
Barbosa

GUARULHOS

2017

GISOLFI, Carolina.

A relação da cidade de São Paulo com os corpos travestis e trans femininos/
Carolina Gisolfi -Guarulhos, 2017.

f.

Trabalho de conclusão de curso apresentado como requisito parcial para
obtenção do título de Bacharel no curso de Ciências Sociais – Universidade
Federal de São Paulo, Escola de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, 2017.
Orientação: Andrea Barbosa.

Título em inglês: The relation between São Paulo city and the trans women's and
travestis's bodies.

1. Transexualidade. 2. Fotoetnografia. 3. São Paulo (SP)- Centro de Acolhida de
Mulheres Trans e Travestis.

RESUMO

Esta pesquisa teve como objetivo discutir a relação do corpo transexual com a cidade de São Paulo a partir das abordagens da antropologia social e visual. A fotografia foi utilizada com o intuito de alargar o conhecimento sobre o corpo e o gênero. Como consequência, refletimos sobre a relação que as mulheres transexuais e travestis constroem com a cidade de São Paulo e se os parâmetros que balizam essa relação produzem ou reforçam algum tipo de segregação e marginalização econômico-social.

A pesquisa foi realizada no Centro de Acolhida *Florescer* para mulheres transexuais e travestis, que é administrado pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social, em parceria com a Coordenação Regional de Obras de Promoção Humana, o CROPH. A partir da atenção especial em que a questão *trans* é tratada como política pública do Município de São Paulo resolvemos analisar o aspecto não só do corpo trans, mas também do resultado que esse corpo trans traz quando vai de encontro com a grande metrópole.

A RELAÇÃO DA CIDADE DE SÃO PAULO COM OS CORPO TRAVESTIS E TRANS
FEMININOS

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à
Universidade Federal de São Paulo como
requisito parcial para obtenção do grau em
Bacharel em Ciências Sociais.

Orientadora: Andréa Cláudia Miguel Marques
Barbosa

Aprovado em: ___/___/ 2017.

Professora Dra. Andréa Cláudia Miguel Marques Barbosa.
Universidade Federal de São Paulo

Professora Dra. Valéria Mendonça de Macedo.
Universidade Federal de São Paulo

Para todas as pessoas trans que lutam para viver.

Para Nadia, Eduardo, Joara e Fabiano por terem me formado e educado como ser humano.

Para Roberta, Luiza, Rogério Francisco, Willian e Bianca por sempre se disporem e me acompanhar nessa trajetória.

Aos professores e à orientadora pelo estímulo à reflexão.

AGRADECIMENTOS

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por ter financiado e tornado viável esta pesquisa.

A Andrea Barbosa, por ter percorrido e viajado pacientemente comigo as imagens da e na etnografia.

A Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social por ter permitido que a pesquisa ocorresse na Casa de Acolhida Florescer. As meninas Suzy, Mel, Ana Paula, Patrícia, Amanda, Monique, Nicole, Pietra e todas as outras que passaram mais rapidamente, porém não menos relevantes, por terem me concedido a permissão de conhecê-las. Vocês fazem parte da minha história.

SUMÁRIO

Introdução

Capítulo 1: (Des) construções sobre o corpo e gênero

Capítulo 2: O centro de acolhida e a construção da interlocução

Capítulo 3: A relação de corpo e transexualidade com e na cidade de São Paulo, um relato etnográfico

Capítulo 4: A fotografia como instrumento etnográfico e de intervenção

Considerações finais

Fotografias

Referências Bibliográficas

INTRODUÇÃO

Construir o universo de pesquisa em uma metrópole como São Paulo não é tarefa fácil nas ciências sociais. São Paulo nos bombardeia de informações, sentimentos, significações, de pessoas que enxergam o mundo de maneiras diversas e enxergam a si de maneiras diversas. Durante muito tempo - do seu início, no final do século XIX, até meados do século XX - as ciências sociais, principalmente a antropologia, se limitou a analisar o *outro* que estava distante não só espacialmente, como também culturalmente, com vistas a cumprir a difícil tarefa de seguir uma neutralidade científica, longe dos “objetos” de pesquisa. Porém, a partir do século XX houve uma expansão dos “objetos” de estudo da antropologia e a relação entre interlocutor e pesquisador mudou substancialmente.

Contudo, não eliminamos o fato da antropologia das sociedades complexas ser “complexa” não em comparação com o que é “simples” - ou seja, a ideia de que somos mais “complexos” e, portanto, superiores - mas sim porque a pesquisa com uma interlocução mais próxima, tanto fisicamente como culturalmente.

Parece, contudo, que falar em sociedades "complexas" ou "modernas" não levanta tantos problemas, o que é evidentemente um contra-senso, se admitirmos a impossibilidade ou a inadequação do uso de termos como "simples" ou "primitivo". Essa ausência de problematização só pode derivar na verdade do fato de tendermos a esquecer como a própria noção de "sociedade primitiva" foi construída. (GOLDMAN, 1995, p. 113)

é difícil, não só porque nos apegamos na ideia de neutralidade científica desde nosso primeiro ano de universidade mas também pelo fato que estamos analisando *nós* mesmos; ainda que a interlocução se dê com indivíduos de uma realidade social e individual completamente distinta. Um pesquisador de classe média alta, por exemplo, que investiga moradores de periferia não estabelece uma análise somente *de* seus interlocutores; ele também estabelecerá uma análise *de e com* seus interlocutores, porque o pesquisador participa da mesma sociedade que seu interlocutor, ou seja, ele compartilha da inserção numa mesma estrutura social. Compartilhamos o mesmo espaço, seja a nível macro ou micro, que nossos interlocutores.

Talvez esse ato de perceber privilégios, de compartilhar risadas e lágrimas, de empatia, e por vezes até compartilhar vivências parecidas, faça da antropologia uma ciência menos exata e “neutra”, - mesmo sabendo que não há neutralidade em qualquer ciência - mas não tenho dúvida que faz da antropologia uma ciência mais humana; humana no

sentido que essa ciência só pode ser feita a partir dessa relação entre os conhecimentos e espaços *compartilhados*.

E foi a partir desse compartilhamento de experiências e espaços e que resultaram em diversos significados, que este trabalho se construiu.

Conforme propõe Andrea Barbosa em *Ver, Olhar e Enxergar a cidade de São Paulo por imagens*:

É a cidade que quer ser olhada e distinguida não só por meio de suas “imagens típicas”, mas por meio das suas frestas, que requer outro tipo de engajamento. A fresta da metáfora da saída, é a possibilidade de fugir da cidade de espelhos e enxergar a cidade que parece estar fora do campo de visão, mas não está. (BARBOSA, 2012, p. 43)

A minha “fresta” foi a população trans feminina em situação de rua - ou quase -, mas especificamente, as que estão vivendo no primeiro Centro de Acolhida de Mulheres Transexuais e Travestis em situação de rua, que encontra-se no Bom Retiro em São Paulo. É o “campo de visão” que a maioria das pessoas parece não perceber, talvez não seja à toa que a Rua Prates, endereço do centro de acolhida Casa Florescer que pesquisei, segue sendo habitada e transitada, quase majoritariamente, por pessoas em situação de rua, funcionários dos centros de acolhida, da “recuperação” ou visitas diversas.

Transexuais e travestis são olhadas o tempo todo, mas há pouca disposição em enxergar¹. Estão na praça da Sé, na Santa Cecília, na República... É uma população segregada e portanto limitada a um espaço, e é a partir dessa segregação que as dificuldades em se estabelecer economicamente fica evidente.

Neste trabalho percorremos várias questões que afetam a vida dessas mulheres, desde a construção do próprio corpo, até como o restante da sociedade as veem, e quais são as particularidades dessa relação e se isso traz marginalizações econômico-sociais.

No primeiro capítulo salientamos as principais vertentes teóricas que debatem sobre a construção do corpo e do gênero - sim, os “nossos”, não os “deles” - na sociedade contemporânea ocidental.

No capítulo 2 faço uma breve apresentação da Casa Florescer, assim como trago as histórias de vida das mulheres trans que se tornaram minhas interlocutoras.

¹ ver, olhar e enxergar são dimensões que Andrea Barbosa constrói para diferenciar o modo como o olhar é construído. *Olhar* é o ato de prestar a atenção e perceber “frestas” advindas dessa experiência. *Enxergar* tem o caráter de olhar a partir do que se construiu da experiência do olhar (Barbosa, 2012).

No capítulo 3 procurei responder à questão sobre qual o resultado do encontro das transgêneros e travestis *com e na* cidade de São Paulo, com base nas diversas conversas que *compartilhei* com as mulheres transexuais e travestis, que estão acolhidas na Casa Florescer.

Procurei compreender, nesta pesquisa, qual o lugar do corpo transexual na cidade de São Paulo e se este é marginalizado e segregado por essa característica (de ser transexual).

Por fim, a fotografia surgiu como uma oportunidade de adensar a relação com as mulheres durante a pesquisa. Ela foi sendo pouco a pouco introduzida na pesquisa e tornou-se a principal forma de intervenção e método de pesquisa neste trabalho e sobre a qual reflito no capítulo quatro.

Capítulo 1: AS (DES) CONSTRUÇÕES E CONCEPÇÕES SOBRE O CORPO

*Então eu, eu
Bato palmas para as travestis que lutam para existir
E a cada dia conquistar o seu direito de viver e brilhar
Bato palmas para as travestis que lutam para existir
E a cada dia batalhando conquistar o seu direito de
Viver brilhar e arrasar*

*Ela é amapô de carne osso silicone industrial
Navalha na boca
Calcinha de fio dental²*

Início esse capítulo com uma indagação: Por que as ciências humanas demoraram a questionar sobre o gênero e seu lugar como um constructo social? Principalmente os gêneros de expressão dos nossos corpos, da sociedade ocidental. Porque, afinal, o categorizamos como algo puramente biológico? Vê-se muito a antropologia estudar a concepção de corpo e sua expressividade na cultura em diversas etnias indígenas. Analisa-se o outro.

Retomo aqui o questionamento de Berenice Bento: “até que ponto o silêncio da Sociologia não contribuiu para a patologização dos gêneros e das sexualidades que se organizam em divergência às normas de gênero e heteronormatividade?” (BENTO, p. 12, 2006).

Gênero, segundo Judith Butler

[...] é uma identidade tenuemente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de repetição estilizada de atos. O efeito do gênero se produz pela estilização do corpo e deve ser entendido, conseqüentemente, como a forma corriqueira pela qual os gestos, movimentos e estilos corporais de vários tipos constituem a ilusão de um eu permanente marcado pelo gênero. [...]

² Música *Mulher* de Mc Linn da Quebrada, mulher transexual.

Significativamente, se o gênero é instituído mediante atos internamente descontínuos, então a aparência de substância é precisamente isso, uma identidade construída, uma realização performativa em que a plateia social mundana, incluindo os próprios atores, passa a acreditar, exercendo-a sob a forma de uma crença. O gênero também é uma norma que nunca pode ser completamente internalizada: “o interno” é uma significação de superfície, e as normas do gênero são afinal fantasísticas, impossíveis de incorporar. [...] É precisamente nas relações arbitrárias entre esses atos que se encontram as possibilidades de transformação do gênero, na possibilidade da incapacidade de repetir, numa deformidade, ou numa repetição parodística que denuncie o efeito fantasístico da identidade permanente como uma construção politicamente tênue. (BUTLER, 2015, p. 243)

O que nos interessa ressaltar aqui é que, o gênero não é apenas uma norma, mas é uma norma que se assenta na ideia de *naturalidade*, ou seja, aquilo que não pode ser mudado.

Os gêneros - aceitos como normativos- são, portanto, o *masculino* e o *feminino* como explicou Marie-Helène Bourcier na sua vinda para o Brasil em 2015, no I Seminário Queer no SESC Vila Mariana em São Paulo:

[...] De acordo com o primeiro modelo só existem dois sexos aos quais correspondem a dois gêneros. Eles estão alinhados. O gênero masculino corresponde ao gênero masculino e o gênero feminino corresponde ao sexo feminino. Essa maneira de ver os gêneros é adotada por pessoas bem diversas. (Transcrição do vídeo³)

Porém, o que é ser homem e ser mulher, afinal?

Alguns filósofos, como Foucault, Derrida, Eve K. Sedgwick, Simone de Beauvoir, Judith Butler, iniciaram debates sobre gênero e sexualidade, fazendo a discussão se expandir para as outras ciências humanas, problematizando os porquês e desnaturalizando vários pontos sobre gênero e a sexualidade, já que na época, ambos eram tidos como naturais e fixos. Vale ressaltar que a transexualidade ainda era e ainda é vista como uma patologia. A classificação dada ao “transexualismo” é o *F. 64.0*, em que se enquadram os transtornos de identidade sexual⁴.

Além disso, aqueles filósofos contestaram o modo como os estudos vinham sendo encaminhados e analisaram como a sexualidade e os gêneros fazem parte da estrutura social e, portanto, das pessoas e dos corpos, questionando as epistemologias vigentes e sua “naturalidade”.

³ Disponível no link: <https://www.youtube.com/watch?v=6LNZRphdKgE>

⁴ “Trata-se de um desejo de viver e ser aceito enquanto pessoa do sexo oposto. Este desejo se acompanha em geral de um sentimento de mal estar ou de inadaptação por referência a seu próprio sexo anatômico e do desejo de submeter-se a uma intervenção cirúrgica ou a um tratamento hormonal a fim de tornar seu corpo tão conforme quanto possível ao sexo desejado.” (acessada pelo site: <http://cid10.bancodesaude.com.br/cid-10->

Judith Butler em *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade* (1990) analisou muito as obras de Simone de Beauvoir, *O Segundo Sexo* (1949), e *A História da Sexualidade: A Vontade do Saber* (1976) de Michel Foucault para construir as bases para uma teoria *queer*. O termo *queer*, aplicado a sexualidade e gênero, começou a ser usado no final dos anos 80 nos Estados Unidos tendo como uma provocação em relação ao seu significado, que é estranho⁵, na língua inglesa que possui caráter depreciativo.

O *queer* é o termo político e teórico que foi criado nos Estados Unidos em resposta à ordem sexual contemporânea, que eclodiu na epidemia dos casos de AIDS. Em suma, o movimento *queer* critica a heteronormatividade compulsória da sociedade ocidental, os movimentos de gays e lésbicas que não confrontavam este padrão⁶ e até mesmo os estudos e gêneros realizados até então.

[...] tratavam a ordem social como sinônimo de heterossexualidade. O pressuposto heterossexista do pensamento sociológico era patente até nas investigações sobre sexualidades não hegemônicas. A despeito de suas boas intenções, os estudos sobre minorias terminavam por manter e naturalizar a norma heterossexual. (MISKOLCI, 2009, p. 151)

Em outras palavras, a heteronormatividade ou norma heterossexual, também nos influencia em quais perguntas fazemos e por que fazemos, afinal, a ciência também está dentro da estrutura social. Marie-Helène Bourcier naquele mesmo Seminário que já comentamos, levanta o seguinte argumento:

“[...] A bióloga feminista Anne Fausto-Sterling revelou que as crenças dos ‘cientistas incorrigíveis’ estão por trás das noções de sexo, se levarmos em conta o desejo feroz deles por impôr um dualismo genital baseado num antagonismo hormonal que não existe - algo que pessoas intersex e trans sabem muito bem. [...]. O chamado sexo biológico não causa do gênero, ou seja, o sexo feminino não causa um gênero feminino, e o sexo masculino não causa um gênero masculino. Um gênero masculino tampouco expressa um chamado sexo biológico, e um gênero feminino não expressa um chamado sexo feminino. Esse é um modelo germinativo, sabem, como o gênero brotasse como uma flor em todos. Mas há mais: gênero e sexo podem ser discordantes. Podem ser inconsistentes [...] Todos fazemos isso, ou fomos treinados para fazê-lo. Para se imporem como uma norma natural dentro do sistema alinhado de sexo/gênero, a masculinidade e a feminilidade precisam ser constantemente repetidas. Não são mais do que desempenhos regulamentados. Como diz Butler, o corpo do gênero é performativo. Dizer isso sugere que ele não

⁵ Guacira Lopes Louro, 2004, p. 8.

⁶ Miskolci, 2009, pag. 22.

tem nenhum status ontológico fora dos vários atos que constituem sua realidade [...] É por isso que a diferenciação sexual não pode restringir a produção do gênero, e que é possível fazer e explorar masculinidades e feminilidades que estão desconectadas do chamado sexo biológico. Gêneros dissonantes e transviados. [...] Os gêneros são móveis. Os gêneros são acessórios. [...]

Sobre a mobilidade dos gêneros, Marie-Helène Bourcier se focou sobre a transexualidade binária e não binária, pois são elas que questionam a heteronormatividade em sua essência.

O prefixo *trans* exprime a ideia de que algo vai além de ou para além, portanto, o indivíduo transgênero é aquele que vai além de seu gênero designado ao nascer, ou seja, vai além do conjunto de características fisiológicas, psicológicas e simbólicas que foram elegidos, levando em consideração, primeiramente, o órgão sexual. Observando que, de forma geral, a sociedade associa esses sujeitos com transtorno mental, podemos levantar uma série de problemas sociais vividos por esses sujeitos e que estão ligados aos direitos humanos. Se a essa normatividade não institui como “normal” algumas pessoas, ocorrendo uma tentativa de padronizá-las, criando a antítese para aquele tipo de “conduta” ou “personalidade”, sempre há quem vai “fugir” do esperado, seja sendo o oposto daquilo como foi intitulado, seja não sendo uma coisa, nem outra.

As travestis diferem essencialmente de mulheres trans, porém constroem sua expressividade da mesma maneira. Travestis não *são* mulheres; travestis são bichas que se travestem de mulher, como a própria Mel e sua amiga me explicaram, e que a bibliografia de Kullick, *Travesti*, (2008, p. 230) já havia relatado.

Foucault (1975) discutiu em uma de suas aulas no Colégio da França sobre a anormalidade discutida aqui como a “indecisão da natureza”, aquilo que também não é “fugir” de uma lei jurídica, por exemplo, mas aquilo que é “anormal” em outros sentidos. Resumidamente, ele trata a monstruosidade como algo inerentemente ligado à noção de lei, biológica e jurídica. O monstro é uma violação das leis da natureza, primeiro porque a sociedade não sabe como lidar nem tratar o sujeito que nasceu com ambos os sexos, muito menos com um indivíduo que possui gênero não-binário, trans ou é travesti.

Foucault diz:

De fato, o monstro contradiz a lei. Ele é a infração, e a infração levada a seu ponto máximo. E, no entanto, mesmo sendo a infração (infração de certo modo no estado bruto), ele não deflagra, da parte da lei, uma resposta que seria uma resposta legal.

Podemos dizer que o que faz a força e a capacidade de inquietação do monstro é que, ao mesmo tempo que viola a lei, ele a deixa sem voz. (FOUCAULT, 1975, p. 70)

O padrão biológico que a ciência considera culturalmente, “ser normal” é possuir um sexo, obviamente aquele correspondente ao do seu órgão genital, e se comportar socialmente como se fosse *alguém que possui aquele órgão genital*. Ou ainda, especificamente no contexto deste trabalho, “ser normal” é adequar física, comportamental e psicologicamente o seu gênero com o órgão sexual de nascimento. Foucault cita o caso de um indivíduo hermafrodita, que foi tratado sua vida inteira como se fosse mulher, porém orientou-se sexualmente para gostar de mulheres e possuir uma identidade e expressão de gênero mais masculina⁷. Tendo sido denunciado pela justiça, levando em consideração a análise médica, consideraram-no como mulher – por seus traços mais “femininos” – e que, portanto, não deveria se comportar como homem.

Foucault finaliza o caso do seguinte modo:

A outra razão da importância desse caso do hermafrodita [...] é que nele encontramos claramente a afirmação de que o hermafrodita é um monstro [...] porque é contra a ordem e a regra ordinária da natureza, que separou o gênero humano em dois: machos e fêmeas [...] se alguém tem os dois sexos ao mesmo tempo, deve ser dado e reputado por monstro. Por outro lado, já que hermafrodita é um monstro, se o exame deve ser feito é [...] para determinar que roupas deve vestir e se, efetivamente, deve se casar e com quem (FOUCAULT, p. 89)

Expandindo esta leitura de hermafrodita para o contexto geral de pessoas trans binárias e não-binárias e travestis, conseguimos evidenciar empiricamente como a oposição entre natureza e cultura, representadas pelo sexo do indivíduo em contraposição a sua identidade ou expressividade de gênero, se organiza cotidianamente na nossa sociedade, tanto juridicamente, socialmente, como “biologicamente”.

Portanto, quando dizemos que existe uma heteronormatividade, quer dizer que há uma norma heterossexual que regula as relações entre as pessoas; essa mesma norma é enraizada na dicotomia natureza e cultura, pelo fato do gênero ser interpretado como algo dado pela natureza, já que há a pretensão de que derive do sexo biológico.

⁷ Idem, descrito na página 85.

Essa produção disciplinar do gênero leva a efeito uma falsa estabilização do gênero, no interesse da construção e regulação heterossexuais da sexualidade no domínio reprodutor. A construção da coerência oculta as descontinuidades do gênero. (BUTLER, 2015, p. 234)

Sendo assim, a norma heterossexual designa uma série de características psicológicas, comportamentais e sexuais que os indivíduos devem seguir a partir exclusivamente do sexo biológico do qual nasceu. O “molde”, ou como Ingold propõe, o “casaco”, de uma pessoa que nasceu com o órgão sexual denominado pênis é um homem, ele (atente-se também a importância de chamar de ele, que não é o mesmo que ela!) normalmente é bem aceito se estabelece relações com mulheres, em outras palavras que ele seja heterossexual. Além disso, estipula que o homem se comporte como um homem. Portanto, são duas esferas que a heteronormatividade visa alinhar a partir da designação do órgão sexual: a orientação sexual e a identidade de gênero.

É muito comum haver confusão entre os conceitos de orientação sexual, identidade de gênero e sexo biológico. A partir dessa dificuldade de diferenciação que podemos identificar como a heteronormatividade é construída na estrutura social.

Consequentemente, no pensamento heteronormativo, ser homem ou ser mulher é classificado primeiramente pela biologia e em decorrência de cada especificidade, concebem como deveria ser. Ser homem é diferente de ser mulher, um é a antítese do outro, e, sendo assim, são binárias (dois modos distintos de ser distintos). Por fim, quem não se adequa ao “molde” é uma pessoa que vai além do que foi estabelecido, é transgênero; por outro lado, aquele que se encaixou no “molde” que designaram, é cisgênero (o prefixo *cis* é o oposto de *trans*).

Como Guacira Lopes Louro muito bem explica:

A concepção binária do sexo, tomada como um ‘dado’ que independe da cultura, impõe, portanto, limites à concepção de gênero e torna a heterossexualidade o destino inexorável, a forma compulsória de sexualidade. As descontinuidades, as transgressões e as subversões que essas três categorias (sexo-gênero-sexualidade) podem experimentar são empurradas para o terreno do incompreensível ou do patológico. (LOURO, 2016, p. 84)

Em uma reportagem publicada em 28 de julho de 2016 pelo jornal O Globo⁸ cientistas mexicanos do Instituto Nacional de Psiquiatria Ramón de La Fuente Muñiz⁹ fizeram

⁸http://oglobo.globo.com/sociedade/estudo-prova-que-transsexualidade-nao-transtorno-psiquiatrico-19805459?utm_source=Facebook&utm_medium=Social&utm_campaign=O+Globo

⁹ O artigo se chama “Removing transgender identity from the classification of mental disorders: a

estudos com pessoas transexuais, concluindo que mudanças no gênero não podem ser consideradas doença, ao contrário do que diz a Organização Mundial de Saúde, as desordens não são causadas unicamente por ser transgênero, mas porque o ato de classificar como doença mental contribui para discriminação e violações dos direitos humanos, causando casos de depressão em decorrência das diversas situações de estigma social, violências físicas, psicológicas e algumas vezes, sexuais – com o intuito corretivo.

A pesquisa demonstra que as questões psiquiátricas na população transexual são produto da violência e discriminação que sofrem e não, como se classifica atualmente, produto da sua transexualidade.

— Se não é uma doença agora, então ocorre que nunca foi, que fique claro, não é que antes fosse uma doença e agora não é mais — explicou Eduardo Madrigal, presidente da Associação Mexicana de Psiquiatria.¹⁰

O sexo e o gênero – baseado no grande divisor e que, portanto, mostra binaridade da nossa sociedade – são categorias que estão, na perspectiva heteronormativa, no domínio da natureza. Guacira Lopes Louro acredita que essa premissa está assentada no imaginário e é “como se corpos sexuados se constituíssem numa espécie de superfície pré-existente, anterior à cultura” (LOPES, 2016, p. 83). Entretanto, sabemos que o corpo é uma ferramenta que expressa histórica e culturalmente os códigos de uma determinada sociedade e esses mesmos códigos são reiterados e reforçados cotidianamente; sua “naturalização” torna-se óbvia.

Richard Miskolci em *A teoria queer e a sociologia: o desafio de uma analítica da normalização* caracteriza o objetivo principal da sociedade contemporânea é “Formar todos para serem heterossexuais ou organizarem suas vidas a partir do modelo supostamente coerente, superior e ‘natural’ da heterossexualidade.” (MISKOLCI, 2009, p. 157).

A partir da entrevista de Irene e Baukje com Judith Butler, podemos pensar que os modelos “coerentes” habitam corpos, “Eles se acomodam em corpos; os corpos na verdade carregam discursos como parte de seu próprio sangue.” (PRINS, MEIJER, 2002, p. 163)¹¹.

Os corpos abjetos são aqueles corpos que estão em discordância com a heteronormatividade, e o corpo *queer*, aquele que, portanto, não é coerente com o discurso dominante. Butler conceitua esse termo:

Mexican field study for ICD-11”

¹⁰ Idem.

¹¹ PRINS, Baukje; MEIJER, Irene. “Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler”. Trad. Susana Bornéo Funck. *Revista Estudos Feministas*. v. 10 (1), 2002.

O “abjeto” designa aquilo que foi expelido pelo corpo, descartado como excremento, tornado literalmente “Outro”. Parece uma expulsão de elementos estranhos, mas é precisamente através dessa expulsão que o estranho se estabelece. A construção do “não eu” como abjeto estabelece as fronteiras do corpo, que são também os primeiros contornos do sujeito. (BUTLER, 2015, p. 230)

Não há pensamento em sociedade nenhuma que não seja construído historicamente e reforçado culturalmente. Se o gênero não fosse uma construção e não tivesse de ser imposto e reforçado, porque a preocupação em separar os gêneros a todo o momento?

Butler diz:

O fato de a realidade do gênero ser criada mediante performances sociais contínuas significa que as próprias noções de sexo essencial e de masculinidade ou feminilidade verdadeiras ou permanentes também são construídas, como parte da estratégica que oculta o caráter performativo do gênero e as possibilidades performativas de proliferação das configurações de gênero fora das estruturas restritivas da dominação masculinista e da heterossexualidade compulsória. Os gêneros não podem ser verdadeiros nem falsos, reais nem aparentes, originais nem derivados. Como portadores críveis desses atributos, contudo, eles também podem se tornar completa e radicalmente incríveis. (BUTLER, 2015, p. 244)

Olhemos para nossas vidas: Desde a infância, na fase da gestação. Há a preocupação de distinguir sexos para montar o quarto, guardar as roupas com as cores “certas”, o nome, as expectativas sociais, os brinquedos. As correções dos pais ou dos familiares sobre o comportamento da criança; as brincadeiras, os gostos pessoais, o corte de cabelo, o furo da orelha para os brincos.

Não é a toa que a construção do gênero é reforçada, que aqueles que não se adequam às normas estabelecidas estão fora do lugar. Os corpos um dia abjetos, estranhos, tiveram, desde a infância, a pretensão de ter sido (re) moldado a todo o momento; hoje, quando rejeitam norma imposta, viram “doentes” para a ciência e, em vista disso, esses “monstros” são violentados¹², pois, afinal, é um corpo estranho e enfrenta esta “naturalidade” de gênero.

Assim, em que sentido o gênero é um ato? Como em outros dramas sociais rituais, a ação do gênero requer uma performance repetida. Essa repetição é a um só tempo reencenação e nova experiência de um conjunto de significados já estabelecidos socialmente; e também é a forma mundana e ritualizada de sua legitimação. [...] a performance é realizada com o objetivo estratégico de manter o gênero em sua estrutura binária – um objetivo que não pode ser atribuído a um sujeito, devendo, ao invés disso, ser compreendido como fundador e consolidador do sujeito. (BUTLER,

¹² Conforme o decorrer deste relatório, indiquei dados coletados pela Rede Trans Brasil. Além disso, os relatos das mulheres trans e travestis já são dados concretos.

Politicamente carrega uma norma revirada do avesso porque se nega a ser o que não é o que foi imposto. E as consequências, disso, como argumenta Butler, são as seguintes:

Como estratégia de sobrevivência em sistemas compulsórios, o gênero é uma performance com consequências claramente punitivas. Os gêneros distintos são parte do que ‘humaniza’ os indivíduos na cultura contemporânea; de fato, habitualmente punimos os que não desempenham corretamente seu gênero. [...] assim, o gênero é uma construção que oculta normalmente sua gênese; o acordo coletivo tácito de exercer, produzir e sustentar gêneros distintos e polarizados como ficções culturais é obscurecido pela credibilidade dessas produções – e pelas punições que penalizam a recusa a acreditar neles; a construção “obriga” nossa crença em sua necessidade e naturalidade. (BUTLER, 2015, p. 241)

Marilyn Strathern nos ajuda também a pensar sobre essa relação tensa entre natureza e cultura que o tema da transexualidade provoca. Para a autora, a sociedade considera o transexual uma pessoa que *vai contra a natureza*, pois quando se (trans) veste de mulher, estaria infringindo a regra que considera a categoria mulher para somente aqueles que nascem com o *órgão de mulher*, portanto as pessoas trans seriam “menos mulher” - em comparação com a mulher cisgênero.

[...] a cultura é feita de pedaços da natureza, e contemos dentro de nós mesmos uma natureza que é anterior à cultura. [...] Assim, usamos “masculino” e “feminino” em um sentido dicotômico. Eles representam uma entidade (a espécie humana) dividida em duas metades, de modo que cada uma delas é definida pelo que a outra não é. Essa divisão tem um impacto mais claro sobre os termos reprodutivos biológicos, de modo que um esforço constante é realizado para que as diferenças de comportamento sejam reduzidas a aspectos biológicos [...] Na medida em que não concebemos a natureza e a cultura simplesmente como opostas, mas também estabelecemos várias relações entre elas (de contínuo, processo, hierarquia), essas relações são redirecionadas à dicotomia masculino-feminino para reproduzir uma série de afirmações não dicotômicas sobre os homens e as mulheres. (STRATHERN, 2014, p. 33-34)

À vista disso, não podemos esquecer que a própria ideia de natureza é construída pela cultura, ou seja, a ideia de que uma mulher *só é mulher* se possuir, desde o nascimento, o órgão sexual feminino, ideia inclusive que o órgão sexual e gênero são alinhados *naturalmente* em sua essência, são todas construídas culturalmente. Aquilo que dizemos como *natural* nunca esteve neutro e intactamente dado como a cultura reforça.

As categorias natureza-cultura e masculino-feminino estão em constante embate e precisam se dinamizar para conseguir se manter, como explica Strathern:

[...] a combinação entre masculino-feminino e cultura-natureza parece ser tão vigorosa que temos dificuldade em mantê-la estável. [...]

Em nossa cultura, para fazer o simbolismo masculino-feminino “funcionar” e embasar a dicotomia cultura-natureza, temos de modificar constantemente os termos de referência dessas oposições [...] (STRATHERN, 2014, p. 34)

Assim, quando dizemos que homens e mulheres precisam exercer determinado papel na sociedade, um papel dicotômico inclusive, estamos afirmando inconscientemente que existe uma estrutura que temos que manter, para que “as coisas funcionem”, que seja, manter a dicotomia natureza-cultura como Strathern propõe, ou querer que seja a heterossexualidade reprodutora como Butler.

Temos essas duas autoras que propõem ideias em âmbitos acadêmicos distintos. Butler na filosofia e Strathern na antropologia. Porém, conseguimos “interseccionalizar” essas duas produções de conhecimento sobre gênero. Butler analisa os desvios do gênero e porque eles existem. Em outras palavras, ela analisa as pessoas que não se enquadram na heteronormatividade, porque não se adequam ao modelo masculino-feminino de que a sociedade necessita para manter a heterossexualidade reprodutora. E Strathern consegue analisar antropologicamente a ideia raiz do *porque eles existem*. Ou seja, ela argumenta que o modelo masculino-feminino, que regula a heterossexualidade compulsória, está assentada na dicotomia natureza-cultura. O modelo masculino-feminino só consegue existir porque existe uma cultura que regula determinados gestos como *naturais*, e que se não forem seguidos, são *ilegítimos*, como Butler propõe:

[...] os atos e gestos, os desejos articulados e postos em ato criam a ilusão de um núcleo interno e organizador do gênero, ilusão mantida discursivamente com o propósito de regular a sexualidade nos termos da estrutura obrigatória da heterossexualidade reprodutora. (BUTLER, 2015, p. 235)

As condições que possibilitam a afirmação do ‘eu’ são providas pela estrutura de significação, pelas normas que regulam a invocação legítima ou ilegítima desse pronome, pelas práticas que estabelecem os termos de inteligibilidade pelos quais ele pode circular. A linguagem não é um meio ou instrumento. (BUTLER, 2015, p. 247)

Por meio das teorias antropológicas e filosóficas sobre o tema do gênero, podemos perceber a minúcias *naturalizadas* da heteronormatividade como sistema regulador. Empiricamente, pude perceber o quanto essa prática reguladora afeta a vida das pessoas transexuais, de uma maneira externa e interna. Psicologicamente a transexualidade *não é* – e esta é uma afirmação político-social contrária ao que diz a OMS – uma efemeridade, porém, afeta a autoestima dos que possuem essa (re) existência, pelas violências a que são

submetidas (os) diariamente e que está assentada no modo como a transexualidade é tratada institucionalmente, ou seja, como patologia. Se essas pessoas “são doentes” são tratadas como tal, como se seu discernimento estivesse afetado por sua capacidade biológica não condizente “com a normalidade”. São separados, ano após ano, na fila do SUS, dos que são transexuais “de verdade” pela psicologia e psiquiatria. São desrespeitados em seu nome social publicamente. São assassinadas e violentadas. Em São Paulo, especificamente, foram contabilizados 8 homicídios em 2017, um deles tendo sido o único caso de apedrejamento, segundo Rede Trans Brasil.

Refletindo os dados colhidos, lembrei-me que a maioria das mulheres trans e transexuais do centro de acolhida são do Norte e Nordeste. Numericamente, a região nordeste possui o maior número de homicídios de pessoas trans, porém, a incidência da região sudeste é maior (a região nordeste até agora registrou 22 casos em oito diferentes estados; porém a região sudeste, com metade do número de estados, registrou 21 casos).

Dentro da perspectiva dos direitos humanos a transexualidade se torna uma discussão de grande importância, já que o Brasil lidera a classificação dos países que mais matam pessoas trans e travestis no mundo. A ONG Transgender Europe registrou 486 mortes de janeiro de 2008 a abril de 2013¹³.

Esse debate não é somente sobre escolha de gênero, também é sobre vidas e saúde mental de indivíduos que sofrem violências institucionais e não institucionais. Mas por quê? Os Estados possuem políticas efetivas de combate à violência física e psicológica das pessoas trans? Sobre a vertente universalista todo ser humano tem direitos ligados exatamente a sua característica humana, independentemente de sua escolha de gênero. Ser humano, afinal, não é ser idêntico, e a característica mais marcante de ser humano é ter individualidades e elas devem ser respeitadas e resguardadas pelo Estado.

Maria Victoria Benevides (1994) em *Os Direitos Humanos Como Valor Universal* defende que dos direitos humanos tem valor histórico, além da sua característica de universalidade. Seu valor histórico advém de seu reconhecimento, pelo sistema democrático, da humanidade e dignidade de cada indivíduo independente de quaisquer outras definições culturais e individuais. Sendo assim, a sexualidade e/ou gênero dos indivíduos não deveriam ser impeditivos para que sejam criadas políticas públicas ao combate da discriminação, homofobia e transfobia.

A política pública que acompanhei nesta pesquisa, foi o primeiro Centro de Acolhida

¹³ <http://www.sindypsipr.com.br/site/transexualidade-o-que-a-psicologia-tem-a-dizer/>

de Mulheres Trans e Travestis do Brasil e foi criado em 2016 pela Prefeitura Municipal de São Paulo, com o intuito de abrigar e reinserir essa população tão marginalizada e segregada, econômica e socialmente.

Por fim, o próximo capítulo deste trabalho descreve o centro de Acolhida e como se deu a construção da interlocução nesse ambiente pioneiro na cidade de São Paulo.

Capítulo 2 O CENTRO DE ACOLHIDA E A CONSTRUÇÃO DA INTERLOCUÇÃO

Como dito na introdução deste trabalho, construir uma interlocução em um centro de acolhida na cidade de São Paulo é um desafio metodológico, mesmo porque estamos rodeados por um senso acadêmico do “objeto exótico” (MAGNANI, 2003, p 81), ou ainda a “tentação da aldeia”¹⁴, em que temos que nos desvincular, construindo uma etnografia que seja:

[...] uma forma especial de operar em que o pesquisador entre em contato com o universo dos pesquisados e compartilha seu horizonte, não para permanecer lá ou mesmo para captar e descrever a lógica de suas representações e visão de mundo, mas para, numa relação de troca, comparar suas próprias representações e teorias com as deles [...] (MAGNANI, 2003, p. 85)

Ademais, o desafio de utilizar antropologia urbana e visual me levou a refletir sobre como o urbano e o visual estão em relação. Primeiro porque concebemos também por urbano uma paisagem, e relacionamos imagens sobre o conceito de urbano. Andrea Barbosa em *Ver, olhar e enxergar a cidade de São Paulo através de imagens* explica que culturalmente atribuímos ao olhar a função do conhecer, sendo assim, os significados que criamos estão ligados às nossas experiências visuais (BARBOSA, 2012, p. 31-32).

Por isso, também me propus a percorrer este desafio de fazer pesquisa antropológica com imagens. Sylvia Caiuby Novaes em *Imagem e ciências sociais: Trajetória de uma relação difícil* expõe a “importância da visualidade, da visão, da associação que nós, ocidentais, fazemos entre visão e conhecimento.” (NOVAES, 2009, p. 36).

Ainda que a visualidade seja de total importância na sociedade ocidental, as ciências sociais, a partir dos anos 20 e 30, aboliram as imagens de suas análises (NOVAES, 2009, p. 43) por seu pertencimento ao campo do sensível (idem, 2009, p. 43) e porque ela “dá a impressão de proximidade com o que ela representa” (idem, 2009, p. 55), sendo perigoso tentar ultrapassar os limites da “neutralidade”.

Portanto, partindo do tema da transexualidade, tentei refletir a relação entre cidade e pessoas trans/travestis, acolhidas no Centro de Acolhida Florescer, situada na cidade de São Paulo, mais especificamente no Bom Retiro, região central.

O centro de acolhida é um espaço destinado à moradia provisória. Possui alguns quartos no segundo andar e um no térreo, com capacidade total de 30 vagas. Dispõe de cozinha, sala, banheiros, uma quadra e lavanderia, salas para os profissionais, como o

¹⁴ MAGNANI, 2003 p. 83.

“gerente”, as assistentes sociais, psicólogos, cuidadores, para as que necessitam de atenção em decorrência da mobilidade reduzida, enfermeiros, cozinheiras, pessoal da limpeza e seguranças. Como é ligado à Secretaria Municipal De Desenvolvimento E Assistência Social (SMADS), funciona 24hs atendendo e acolhendo mulheres trans e travestis que necessitam de acolhimento. Além disso, eles desenvolvem atividades de formação e inserção no mercado de trabalho.

Pois bem, partindo do tema, problemas e hipóteses, peguei o endereço do centro de Acolhida de Mulheres Trans e Travestis de São Paulo e fui até lá em busca de informações. Conversei com Beto – o “gerente”¹⁵ - e ele me apresentou para algumas das meninas que estavam fumando na parte equivalente ao quintal. Das que permaneceram abrigadas do início da pesquisa, em setembro de 2016 até o momento que escrevo esta monografia em junho de 2017, - e que tive o primeiro contato - somente Suzy permanece no centro.

Expliquei a finalidade do projeto e disse que se elas quisessem, poderíamos tirar fotos, mas sem a pretensão de ir mais a fundo. Interessante que enquanto explicava os objetivos, elas não deram a mínima atenção diferentemente de quando expus a intenção de fotografar. Por exemplo, quando alguma menina nova chegava e eu estava presente, elas me apresentam como fotógrafa, ainda que todas tenham tomado ciência sobre a pesquisa que eu estava realizando.

Nos primeiros encontros, talvez pela ansiedade em perguntar e observar tudo, o silêncio era mais recorrente. Após alguns encontros, uma das meninas abrigadas - da qual não me recordo o nome por tê-la visto apenas essa vez - me disse em meio à uma rajada de perguntas *“eu tô te perguntando tudo isso porque eu sei que você tá olhando tudo aqui (risos)!”*.

Dia após dia fui refletindo sobre a forma de abordagem que poderia ter, primeiro porque sempre há meninas novas que posso ou não encontrar futuramente; segundo porque percebi, na prática, que questionar o tempo todo sobre algo pode parecer apressado e tedioso. Nesse vem e vai de meninas, conheci Amanda e Patrícia em um dia chuvoso, e como elas nunca haviam me visto, fui explicar sobre a pesquisa. Como de costume, se interessaram pela fotografia logo de início. Decidi na hora marcar um encontro para outro dia em que a fotometria estivesse melhor, além do que, disseram, *“aí eu não vou tirar hoje, minhas roupas tão todas molhadas”*.

Indo no dia combinado, Patrícia não estava. Amanda me viu e subiu as escadas de

¹⁵ Quando perguntei a Beto qual era sua função, ele se autodenominou “gerente”.

forma apressada. Achando que Amanda tinha desistido da ideia de ser fotografada, sentei no sofá enquanto elas assistiam a novela da tarde.

Cerca de meia hora depois, Amanda desce arrumada e pergunta “*me fotografa?*”.

Logo depois do primeiro ensaio (foi feito com câmera de celular) eu e Amanda conversamos sobre como a imagem de si é importante para pessoas trans, e como a fotografia têm três funções: primeiro, contribui para o modelo da fotografia, resgatando sua autoestima e visibilidade; segundo, para terceiros, que sendo trans, olham para a fotografia e se sentem representados e; terceiro, se criada uma narrativa textual para acompanhar, para desconstruir preconceitos.

Por fim, contribuiu para sofisticar a minha percepção sobre a importância da imagem num contexto significado *por* e *com* elas. Pude, assim, ampliar minha visão antropológica sobre a relação cidade de São Paulo *com as* mulheres trans e travestis. No próximo capítulo, abordaremos melhor os aspectos dessa relação.

Capítulo 3 AS RELAÇÕES DE CORPO E TRANSEXUALIDADE *COM* E NA CIDADE DE SÃO PAULO: UM RELATO ETNOGRÁFICO

O corpo também pode ser ligado de alguma maneira com uma grande metrópole, é um corpo que anda, que se relaciona, que *existe* ali. E essa *existência*, em si mesma, pode ser caracterizada por ser *estranha*. Portanto, pode ser uma vivência segregada ou não, conforme características físicas, econômicas e sociais. O meu relato aqui se refere ao corpo travesti e ao corpo trans feminino. Sim, ao *corpo*. Porque é pela imagem e presença do *corpo* que elas incomodam. É o corpo daquelas que não seguiram “o que a natureza é” que provoca a cidade e seus cidadãos.

Certa vez, cheguei ao centro de acolhida como havia sido combinado na semana anterior e achei – na verdade planejei – que ficaríamos dentro do espaço do centro de acolhida e conversaríamos normalmente. Entretanto, logo após minha chegada, Suzy e Ana Paula, que estão acolhidas na casa, disseram que fariam uma visita ao Museu de Arte de São Paulo com a educadora Natália, e me perguntou se gostaria de acompanhá-las.

Aceitei o convite e Suzy e eu esperamos Ana Paula se arrumar. Conversando sobre assuntos aleatórios, um homem que ela disse que era psicólogo do centro de acolhida passou no espaço de convivência do centro, equivalente à uma sala de visitas, (não me recordo o nome porque a rotatividade dos profissionais também é grande) e acabamos iniciando uma conversa sobre depressão. Conversamos bastante, mas o que me chamou a atenção foi a afirmação de Suzy, de que a depressão é uma doença bastante recorrente em pessoas trans e travestis em decorrência das violências cotidianas que sofrem na rua - e às vezes na própria casa. Fui confirmar essa afirmação um pouco mais ao final deste dia.

Depois de todas prontas e já caminhando para o metrô, pensei como seria interessante que as etnografias também fossem realizadas em contato direto com a cidade. Pensei também em como havia planejado realizar uma pesquisa com mulheres transexuais *na* cidade de São Paulo, mas nunca havia pensado em fazer etnografia de mulheres trans e travestis *com* a cidade de São Paulo. A etnografia *na* cidade – aquela que achei que faria – se constrói percebendo mulheres trans e travestis dentro de um espaço que se encontra na cidade, porém, não em relação direta com a metrópole e seus habitantes – percebendo que a cidade está sim em relação com o centro de acolhida, mas de forma não tão direta e, às vezes, não tão violenta, pois é um espaço querendo ou não, com muros e portões, com finalidade de acolher – como o próprio nome já diz – e, portanto, possibilitar a segurança mínima necessária.

A etnografia *na* cidade de São Paulo seria realizada compartilhando os acontecimentos passados, sem interação com o meio exterior; ou em outras palavras, eu não vivenciava no presente, “ao vivo”, as muitas situações desagradáveis em que normalmente o interlocutor nos conta, algo já vivido e que não contou com a nossa presença, como também já havia acontecido. Essa saída específica e em contato direto *com* a cidade permitiu que eu observasse a violência diária em que as mulheres transexuais sofrem e que me relatam. Neste sentido que digo que foi uma experiência *com* a cidade de São Paulo, porque eu pude vivenciar com elas essa relação.

No metrô foi comum olhares de vários tipos de homens: não se abalaram em saber que estavam sendo observados, muito pelo contrário. Os modos de olhar são diversos. Houveram homens que olharam com um olhar nítido de reprovação, chegando a chamar a atenção de outras pessoas que circulavam, me provocando certo incômodo. Um dos homens que olhava fixamente para Suzy no metrô da linha verde. Era um senhor grisalho, de pele branca, roupa social e com uma pasta nas mãos, que parecia cansado (era um dia quente). Até pensei que tinha estereótipo de advogado em dia de fórum. Ele olhava de um jeito tão violento para Suzy que quando percebi eu estava olhando fixamente para ele, reprovando sua ação. Mesmo percebendo que estava sendo observado por mim, ele continuou olhando como se fosse, a qualquer momento, literalmente, agredi-la.

Outro homem, mais jovem, passou rapidamente em sentido contrário, disse alguma coisa inaudível, porém com um tom hostil, quando virei para trás ele estava olhando em direção à Suzy e rindo. Lembrei imediatamente daquela afirmação de mais cedo da Suzy.

A depressão é um dos sintomas que acompanham o distúrbio de identidade de gênero, segundo o Manual Diagnóstico e Estatísticos dos Transtornos Mentais. Porém, não podemos deixar de questionar por que a depressão foi considerada como um sintoma da disforia de gênero, e não em razão dos ataques cotidianos que sofrem, desde o momento que pisam para fora de suas casas, até o momento que retornam a ela; quando não sofrem também dentro dela.

Conseguimos perceber o quão o corpo transexual é um corpo *queer*, no sentido literal da tradução: estranho. É um corpo lido como estranho em uma metrópole que, apesar de ser uma das mais diversas em todos os sentidos, não consegue deixar de segregar seja implicitamente ou não.

A Prefeitura de São Paulo realizou uma operação, junto com a Polícia Militar - desnecessariamente violenta - na cracolândia no dia 21 de maio de 2017 em que desocupou a área da rua Helvétia, que possui maior concentração de pessoas em situação de rua, com o

argumento de retirar os dependentes químicos daquela área para interná-los compulsoriamente. Com a dispersão daquele grupo, imaginei que os centros de acolhida iam estar mais cheios. Pude comprovar na terça feira, dia 23 de maio, que havia muitas pessoas em situação de rua no caminho que eu costumo fazer para ir ao centro de acolhida (do metrô Armênia até a rua Prates). Essa região já é bastante habitada, porém com a operação esse número cresceu visivelmente.

Cresceu também a situação de medo entre as mulheres e travestis. Tinha decidido levar a câmera e fotografá-las nesse dia, e cada pessoa que chegava da rua falava “*vocês vão sair? cuidado na rua hein!*”. Com a superpopulação de homens em situação de rua que passaram a compartilhar o mesmo espaço com mulheres trans e travestis, perguntei como estava sendo essa relação para uma das meninas, e me foi dito que uma noite houve ameaça de ataque de um grupo ao centro de acolhida. Uma das indagações que me propus a tentar responder nesta pesquisa era exatamente esta: Será que a população geral em situação de rua, segregada, marginalizada, violentada tanto quanto elas, violentam, segregam, marginalizam também as mulheres trans e travestis?

Cada foto rendeu muitas conversas e trocas, inclusive para dar pistas para responder a essa pergunta. Coisas boas, como a oficina de costura que algumas iam fazer no dia, e que Suzy tinha conseguido um emprego. Nesse mesmo dia, fotografei Suzy se maquiando para ir para o recente emprego - que inclusive estava tão feliz e radiante - e entre fotos, conversamos. Ela também comentou sobre a grande quantidade de homens ameaçando o bem estar físico delas depois da operação, com ameaças, xingamentos e etc. Mas conversa vai e conversa vem, Suzy me destacou uma conclusão interessante e que respondeu àquela questão: As mulheres trans e travestis são atacadas cotidianamente pelo machismo e pela misoginia. Sabemos o quanto o machismo está presente em nossa sociedade por várias estatísticas que comprovam feminicídio, estupros e violências físicas em um nível alarmante no Brasil, e no caso específico das mulheres trans e travestis na violência está presente o ódio à representação do feminino.

Neste ano, até a minha última consulta realizada em 26 de junho de 2017, haviam ocorrido 85 homicídios de pessoas trans no Brasil¹⁶. As formas de prática do homicídio em decorrência da transfobia se torna um terror pela forma que são executados. Há um caso de homicídio em que a vítima recebeu 25 tiros; outro com 23 facadas; dentre corpos incendiados, espancados e etc. No centro de acolhida, em uma das minhas visitas, Ana

¹⁶ <http://redetransbrasil.org/assassinatos.html> - data da última consulta (26/06/2017)

Paula me relatou um caso de um homem que a esfaqueou, em meados de abril de 2017. Ela passava bem, porém tinha dores e levou alguns pontos.

Por fim, é evidente que a transexualidade e a travestilidade incomoda na sua interação *com e na* cidade de São Paulo,

A cidade é Cultura, e se torna tão ambígua quanto a própria cultura; ela é um contexto [...] que foi e é deliberadamente articulado, precipitando uma necessidade que se converte na própria necessidade da civilização. [...] ao mesmo tempo a solução e o recipiente de nossos problemas. (WAGNER, 2012, p. 194)

É ambíguo, de fato, uma cidade tão *transformada* quanto, violentar pessoas com a mesma característica. Talvez a transexualidade e fluidez de gênero nos lembre a todo momento o que:

A natureza, infelizmente, é o “sistema” a despeito de si mesma, e tão ambígua quanto a Cultura. (WAGNER, 2012 p. 195)

Capítulo 4 FOTOGRAFIA COMO INSTRUMENTO ETNOGRÁFICO E DE INTERVENÇÃO

Inicialmente não achei que fosse ser um bom instrumento de pesquisa por dois motivos: eu não sou fotógrafa e achei que fosse “atrapalhar” as entrevistas, talvez por um certo receio vindo da academia de introduzir outros campos de conhecimento, como afirma Sônia Weidner Maluf em *A antropologia reversa e “nós”: alteridade e diferença*, “Uma relativa imunização contra os cruzamentos ou “contaminações” de outros campos do conhecimento que poderiam ameaçar nossa communitas.” (2010, p. 43).

Pois bem, entre pesquisas bibliográfica e a minha própria imersão no universo fotográfico, fora da pesquisa, me fizeram mudar de ideia e “testar” essa proposta um pouco diferente do que havia planejado. Antes de utilizar esse instrumento, acreditava que poucas interlocutoras iriam aderir a fotografia, já que eu era uma pessoa estranha querendo fotografá-las.

Desde o primeiro dia que inclui a fotografia como método etnográfico a própria relação com as interlocutoras mudou completamente. A partir do que escreveu Marco Antonio Gonçalves no prefácio do livro *A experiência da imagem na etnografia*:

A experiência da imagem, ao nos situar em seu campo como experiência, põe em relevo uma percepção imagética *encorporada*. Dali advém a noção de *imagens*, enquanto campo de força conceitual plural que funda um contra-campo em que a noção de estética, para ser aplicada, exige, no mínimo, uma reflexividade que instaura contradições e contradiscursos a uma concepção hegemônica da imagem singular, como algo constituinte do ser humano ou como elemento da cognição estruturadora do pensamento humano. (GONÇALVES, 2016, p. 20)

Conclui que as imagens com esse conceito dentro da etnografia me estimulariam a levantar questões sobre a transexualidade e estética, natureza e cultura e assim por diante. E de fato; ademais, quando elas deixavam que eu registrasse algum momento, ou ainda as que me pediram para fotografar antes que pudesse convidá-las, foi como se criássemos um vínculo de confiança e, surpreendentemente, o diálogo acontecia de forma mais fluido com as meninas que fotografei, do que em relação com as que se recusaram.

Sylvia Caiuby nos coloca

Na pesquisa de campo a fotografia pode ser um estímulo para que o pesquisador se aproxime do universo que deseja conhecer. O ato de fotografar implica empatia e

certamente intersubjetividade. (NOVAES, 2016, p. 63)

Em outras palavras, a fotografia foi parte crucial no contato inicial e mais profundo com as interlocutoras; também possibilitou que conseguisse desnaturalizar o gênero e construísse o principal tema da pesquisa.

Este último capítulo também é uma afirmação e uma lembrança de que o mundo LGBTTI (lésbicas, gays, transexuais, travestis e intersexo) é beleza, força e luta. Inevitavelmente, este trabalho situa-se em uma posição política de crítica ao tratamento desigual dado às travestis e transexuais na cidade e na nossa sociedade. É trabalho das ciências sociais problematizar esta situação e compreender sua dinâmica procurando difundir o conhecimento que construímos para um público ampliado

Tentei resgatar a beleza e as partes boas da caminhada das mulheres trans e travestis por igualdade social, partindo do conceito que a única coisa que todos os seres humanos têm em comum entre si, é que *todos somos diferentes*. Portanto, foi a forma que tive de expressar um pouco dos momentos com as mulheres trans e travestis, para além das denúncias: os momentos de risos, as histórias de vida, a felicidade de alguém que conseguiu emprego, o transcidadania, ou casa para morar.

Pude perceber que os momentos bons sempre estavam presentes com a câmera, ou seja, os risos eram prolongados, as relações ficam mais leves, mais espontâneas, era aí que eu as de verdade. Cheguei a me perguntar se elas ficavam tão felizes “só” porque estavam sendo fotografadas. Afinal não deve ser todo dia que algum fotógrafo quer trabalhar com a imagens de pessoas trans ou travestis, ou se quiser, fazê-lo sem tentar ressaltar aquele mistério e excentricidade que o *status* de “anormal” comporta.

Por assim dizer,

A fotografia etnográfica, ao apontar para a imprevisibilidade das relações humanas, aprofunda os modos de percepção e reflexão sobre si e sobre o outro. A fotografia, percebida enquanto uma viagem enquadrada por uma narrativa imagética, ao encontrar a antropologia exprime confusão e criatividade através da fluidez das imagens fotográficas. Encontro que ressalta uma percepção da imagem fotográfica fundada num modo de olhar que coincide, por assim dizer, com o modo da antropologia operar. (GONÇALVES, 2016, p. 24)¹⁷

Quando levei a primeira sessão de fotos reveladas que registrei de Mel, Amanda e Patricia, formou-se um círculo de pessoas querendo ver as impressões e comentando sobre a

¹⁷ A *experiência da imagem na etnografia*, 2016. Org. Andrea Barbosa, Edgar Teodoro da Cunha, Rose Satiko Gitirana Hikiji, e Sylvia Caiuby Novais.

colega estar linda nas fotos.

“Se montar” ou “se arrumar” para uma foto – o que às vezes demorava bastante – também é parte de como elas se enxergam e se constroem como mulheres. Me surpreendeu perceber que nada difere do processo de construção de uma mulher cisgênero, o que me fez confirmar empiricamente que o gênero nada mais é do que algo construído e, conforme diria Butler, é a performatividade e materialidade dos corpos sendo construídos como o próprio indivíduo deseja que seja:

A performatividade deve ser compreendida não como um ‘ato’ singular ou deliberado, mas em vez disso, como prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia (BUTLER, 2015, p. 154)

Uma mulher cisgênero constrói sua performance. Uma mulher transexual constrói sua performance. O “construir” sua performance passa por diversas características físicas desde o cabelo, maquiagem e roupas até a maneira como se portar.

Várias vezes, com diferentes mulheres, presenciei o uso do termo “pomba-gira” no sentido de elogiar uma das moças que estivesse “maravilhosa”. *Um dia* Ana Paula enquanto me contava sobre um teatro em que Jesus era interpretado por uma mulher transexual, “O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu”, afirmou¹⁸: “*Ela tava tão maravilhosa que parecia uma pomba-gira*”.

Sempre quando elas comparam uma outra mulher com a *pomba-gira*, estão elogiando sua beleza, feminilidade e sensualidade. Coincidentemente, *pomba-gira* é uma entidade das religiões Afro-brasileiras em que seu *axé* (o ponto da sua força) está para fora de casa. Algumas histórias de vida contadas nos terreiros sobre *pomba-gira* se assemelham às histórias das mulheres trans. As pombas-giras foram mulheres que em vida estavam relacionadas ao conceito de ocupar a rua, seja porque tiveram que sair de suas casas em decorrência de terem sofrido violência doméstica, seja por pobreza ou por estarem em ambiente de prostituição. Um ponto de pomba-gira da Menina do Cabaré nos canta¹⁹:

quando eu era menina
eu fui largada
na porta de um cabaré
menina volta pra casa
aqui não entra criança
aqui só entra mulher

¹⁸ Ana Paula é umbandista.

¹⁹ Menina do Cabaré é uma entidade da linha da esquerda, sendo uma pomba-gira. Os pontos cantados são formas de adoração da entidade e são cantados e tocados durante a gira (culto).

diz aleluia
diz aleluia
eu vou mostrar quem é criança
mas também é mulher da rua

Percebemos ao longo da pesquisa que as pombas-giras são entidades que estão relacionadas (pelo menos no imaginário popular) ao universo das mulheres trans e travestis. Ademais, a pomba-gira, além de ser protetora de seus filhos quando estão *na rua*, também possui caráter sedutor, com exibição dos mistérios da feminidade, também traz a tona a força da mulher. Como em um ponto de pomba-gira, cantam “*Arreda homem que lá vem mulher! Arreda homem que aí vem mulher! Ela é a pombagira, a rainha do cabaré*”.

E foi por meio da fotografia que pude perceber essa relação das mulheres trans com a *pomba-gira*. Como seu poder e a feminidade é parte significativa no processo de identificação de pessoas trans que adotam uma expressividade feminina. Como Sylvia Caiuby Novaes argumenta: “a fotografia diz sem dizer, ela incita por um lado, inúmeros comentários sobre o que ele evoca, sem necessariamente mostrar visualmente” (NOVAES, 2006, p. 61). Quando vemos qualquer fotografia que realizei na Casa Florescer, ela evoca feminilidade e para além disso, provoca o pensar sobre transexualidade, incita desnaturalizar nosso olhar sobre o que é o gênero, como a autora propõe “Ela instiga o olhar e de certo modo implica uma desnaturalização do olhar” (NOVAES, 2016, p. 61)²⁰.

Este ensaio com as meninas me trouxe à memória Didi-Huberman, quando resgatou de Walter Benjamin, em *Quando as imagens tocam o real*,

“A verdade [...] não aparece no desvelo, mas sim em um processo que poderíamos designar analogicamente como o incêndio da obra do véu [...], um incêndio da obra, onde a forma alcança seu grau maior de luz.” (DIDI-HUBERMAN, 2012, p. 208)

A partir da fotografia eu pude tornar essas concepções sobre o corpo evidentes, de modo que incendiasse, provocasse a reflexividade. Para além dos discursos ocidentais e contemporâneos sobre gênero e a noção de corpo, me debrucei também sobre elementos de outras sociedades não-ocidentais para me estimular a refletir sobre o papel da transexualidade *na nossa sociedade*, pois a nossa “verdade” não é tão verdade em outros sistemas estruturais.

Há algum tempo li um texto de Tânia Stolze onde ela refletia sobre os temas pertinentes sobre a construção do corpo em sociedades indígenas e, embora as minhas

²⁰ *idem*.

experiências com transexuais serem empiricamente e socialmente distintas dos indígenas, não somente em construir seu corpo, gosto de pensar que foi com essa leitura sobre a cosmologia indígena que me deu a primeira oportunidade de pensar sobre o corpo e a nossa concepção sobre ele.

Portanto, quando me interessei pela fotografia, foi porque ela provoca os porquês do mundo, provoca a pensar em outras perspectivas. Cartier-Bresson, fotógrafo francês aclamado por vários registros, explicita em seu livro *O imaginário segundo a natureza*:

A máquina fotográfica não é um instrumento apto a responder o porquê das coisas, ela antes é feita para evocá-las, e na melhor das hipóteses, a seu próprio modo, intuitivo, ela pergunta e responde ao mesmo tempo. Assim, servi-me dela numa vacância ativa em busca do "acaso objetivo". (CARTIER-BRESSON, 2004, p. 55)

Com as fotografias, me propus a pensar não *o quanto elas são diferentes em relação à sociedade*, mas sim captar a sua identidade sem a excentricidade e refletir, a partir das imagens, por que carregam o estigma de *não-natural*.

Roy Wagner, em *A invenção do Eu* se preocupando em analisar nossas próprias concepções de mundo, argumenta:

Geralmente se supõe que a nossa Cultura, com sua ciência e sua tecnologia, opera medindo, prevendo e arregimentando um mundo de “forças” naturais. Na realidade, porém, todo o nosso leque de controles convencionais, nosso “conhecimento”, nossa literatura sobre realizações científicas e artísticas, nosso arsenal de técnicas produtivas, são um conjunto de dispositivos para a *invenção* de um mundo natural e fenomênico. Ao assumir que apenas medimos, prevemos e arregimentamos esse mundo de situações, indivíduos e forças, mascaramos o fato de que o criamos. [...] precipitamos esse mundo fenomênico como parte do inato e do inevitável” (WAGNER, 2012, p. 181)

A discussão sobre a oposição entre natureza e cultura nos ajuda a entender outras concepções de corpo, de gênero, as que são vistas como “não-naturais”.

Eliane Borges Berutti, *Transgenders*: questionando os gêneros, cita Will Roscoe, que relatou em seu estudo o caso dos indígenas norte-americanos, os Navajo, os Cheyenne e os Cherokee, considerados “dois-espíritos” ou *berdaches*, ou seja, eram o que conhecemos hoje por transexual. Porém, na concepção indígena sobre os fenômenos, essas pessoas eram consideradas especiais e com dons *naturais* (por nascer homem e ser mulher - ou por nascer mulher e ser homem) (BERUTTI, p. 109-110). Neste estudo, Will Roscoe também relata a experiência da colonização europeia cristã em contato com os dois-espíritos, e os males em

que o “espírito-único” ocidental causou. Portanto, conseguimos perceber os diferentes significados atribuído por cada cultura. Enquanto a nossa diz que o transexual tem um distúrbio psicológico pois *não é natural*, grupos indígenas norte-americanas os concebiam como alguém que *possui dons especiais da natureza*.

Os travestis e trans femininos são, portanto, fundamentalmente distintos em outras perspectivas e estruturas sociais e, por consequência, concebem de outra maneira o corpo.

Os registros imagéticos me trouxeram ao pensamento uma metáfora: como o gênero pode ser relacionado ao processo fotográfico: O indivíduo seria como uma caixa que possui dentro de si espelhos (como uma câmera) que refletem a forma como ele próprio se vê em relação com o mundo; a imagem (a fotografia impressa) portanto, seria a materialização - ou a performatividade - do que foi refletido em seu interior, conforme quem “fotografou” - ou se relacionou com o mundo - através do visor.

Ironicamente as imagens produzidas pela máquina nunca são as mesmas: podemos dar uma câmera fotográfica para duas pessoas registrarem o mesmo objeto: a perspectiva, o foco, o enquadramento, a exposição de luz, a distância do objeto, tudo será diferente. Me parece que é assim que a construção de gênero opera, é como se fosse a materialização de um registro fotográfico sobre si mesmo que inevitavelmente será diferente, conforme quem estiver do outro lado do visor ou no caso, do universo.

o corpo se tornou uma espécie de câmera, absorvendo dados por intermédio da observação²¹

Se há uma mecanicidade na máquina, há também um sujeito que o opera, um corpo, um olhar, uma perspectiva que potencializa a significação da imagem capturada.²²

Portanto, este trabalho registrou o eu mais profundo de seres humanos que resistem as violências a eles imputadas de serem aquilo que *verdadeiramente são*: travestis e mulheres.

²¹ (EDWARDS fazendo referência à GRIMSHAW e GRASSENI, 2016, p. 155)

²² Prefácio de Marco Antonio Gonçalves, 2016, p. 24 .

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Já se perguntou “quem é você”?

Seja numa situação formal ou não, sempre que alguém nos questiona, costumamos dizer, além de adjetivos, nosso nome. Inerentemente ligamos o nome à nossa individualidade, ao que *somos*, e por vezes, nosso gênero. A própria definição de nome no dicionário “a designação de uma pessoa; denominação, palavra ou expressão que designa algo ou alguém”. Juridicamente falando, é o que dá os direitos inerentes ao indivíduo desde o momento de seu nascimento.

Portanto, para transexuais e travestis, o reconhecimento do nome social não somente diz respeito aos direitos, mas também no âmbito psicossocial de se reconhecerem em seu nome, já que o nome é parte importante da identidade.

Segundo Lucas Freire

Segundo um discurso diversas vezes reiterado pelas funcionárias do NUDIVERSIS, os documentos exigidos às pessoas transexuais que solicitam a requalificação civil servem para comprovar – e nesse processo sedimentar determinadas “verdades” – uma série de coisas: a transexualidade, a condição de sofrimento, a identidade de gênero e, principalmente, a legitimidade de sua demanda. (FREIRE, 2016, p. 7)

Portanto, quando tratamos juridicamente sua condição, inserimos um debate mais amplo no que diz respeito aos próprios conceitos que estruturam a sociedade quando debatemos sobre transexualidade.

Para além disso, este trabalho não visa mostrar aquilo que é considerado “diferente” e “estranho”, muito menos colocá-la em um patamar de *excêntrico*, mas sim questionar o conceito da “naturalidade” que dá à essa condição um significado depreciativo. A normalidade, afinal, leva em consideração quais características?

Após ter revelado algumas fotografias, mostrei para algumas pessoas para ver qual eram suas reações²³. Um delas, antes de eu explicar de quem se tratavam nas fotografias, disse surpreso “*nossa, com essa eu casava!*”. Em outra fotografia, disseram “*nossa mas esse tem um cinturinha hein...nem parece que é homem*”. Para além dos discursos transfóbicos, quais são os fundamentos que tentam sustentar essa estrutura?

Para além do caráter violento e ofensivo da transfobia, ela também possui uma característica hipersexualizadora em decorrência da significação exótica de um gênero e

²³ A escolha para quem mostra as fotos não foi aleatória. Busquei pessoas que sabia terem visões normativas tradicionais em relação e sexualidade.

sexos “proibidos”. O Brasil é o país que mais mata travestis e mulheres trans²⁴ e, ao mesmo tempo, é o que mais acessa conteúdo pornográfico, segundo o site RedTudbe²⁵.

Este trabalho visou contribuir não só cientificamente, mas politicamente com o tema sobre transexualidade. A fotografia teve três funções, portanto: primeiramente, contribuiu para a modelo, resgatando a sua auto estima; segundo, para quem enxerga a fotografia e é *trans*, sentindo-se representado e pertencente a um grupo; terceiro, se criada uma narrativa textual coerente, para desconstruir preconceitos. Além disso, foi parte de uma etnografia pensada com e na imagem.

Em outras palavras, este trabalho tenta contribuir para uma fotoetnografia que não só registra parte de uma alteridade vulnerável socialmente e que visa discutir didaticamente sobre, mas também de uma fotoetnografia que age e interage *com* e *no* mundo.

Por fim, “as imagens são interessantes não apenas porque podem evidenciar o significativo, mas porque podem tornar o significativo visível” (BARBOSA, 2016, p. 196), tornando o ato de fotografar uma maneira de gritar (CARTIER-BRESSON, p. 11-12).

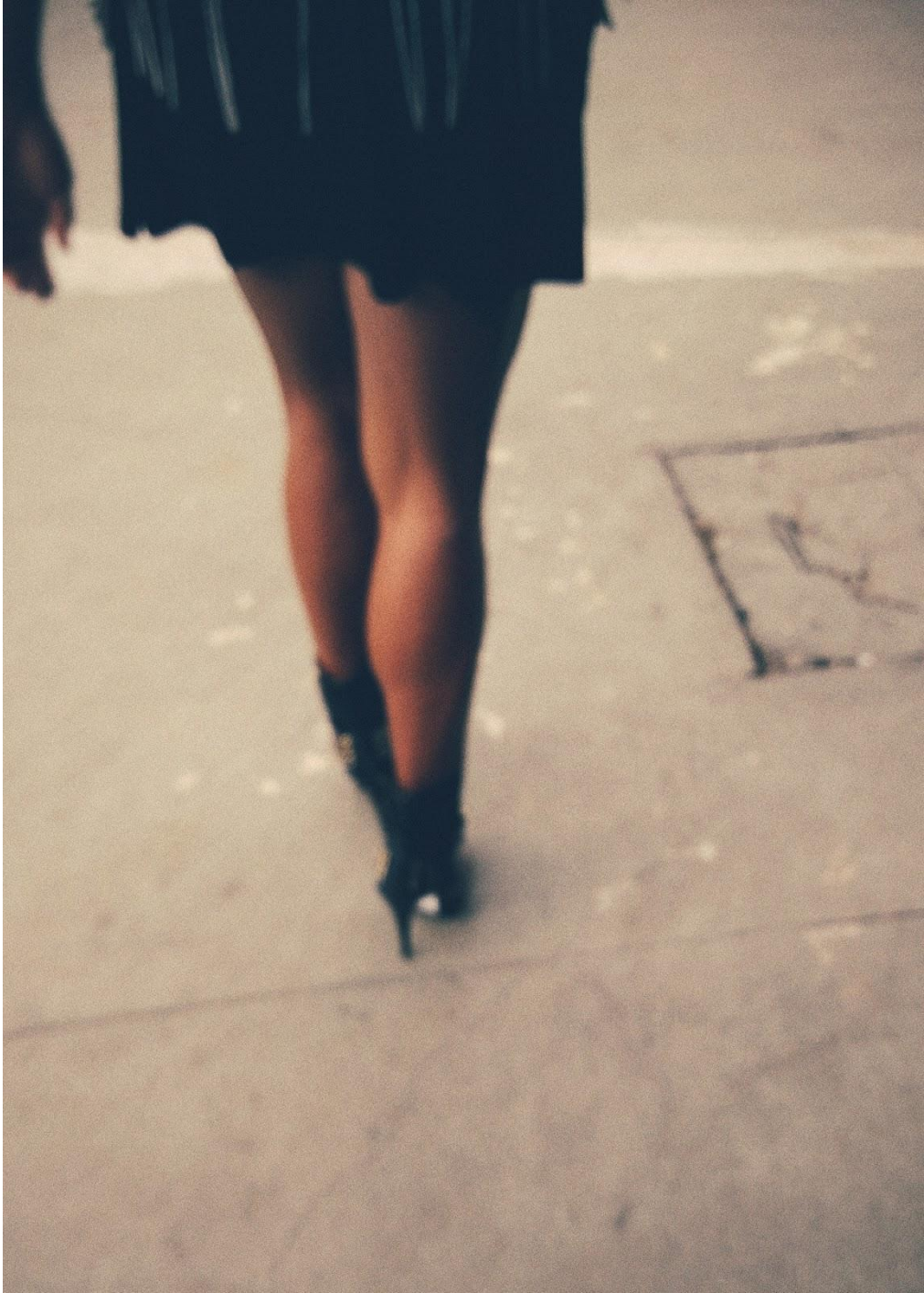
²⁴ segundo ONG Transgender Europe (TGEU).

²⁵ acessado pelo endereço: <http://www.aratuonline.com.br/noticias/por-que-o-pais-que-mais-consome-pornografia-trans-e-tambem-o-que-mais-mata-travestis/>

FOTOGRAFIAS



Grafiti feito na parte de fora, no quintal.



Amanda



Amanda



Amanda arrumando o cabelo de Patrícia para a foto



Patrícia



Patrícia



Pietra



Patrícia



Suzy



Monique



Melinda



Suzy



Melinda



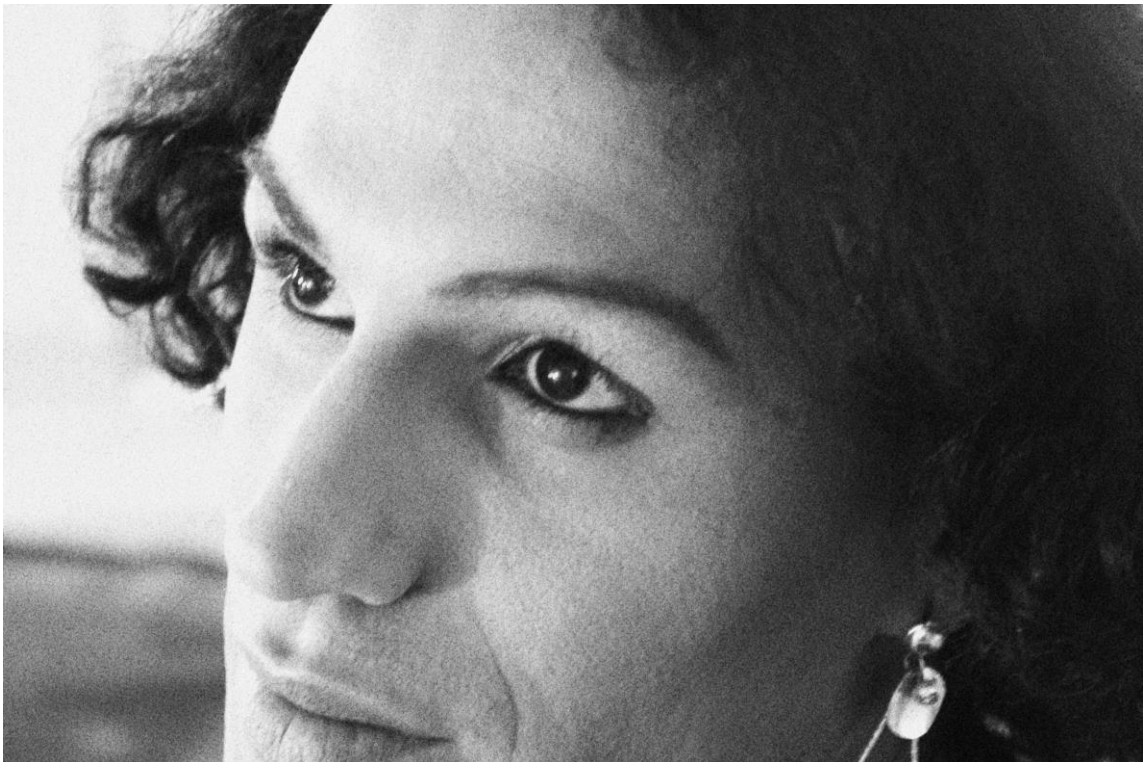
Nicole



Monique



Nicole



Monique

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Antropologia e Direitos humanos 5. Org. Roberto Kant de Lima. Aba (Associação Brasileira de Antropologia), 2008.

BARBOSA, Andrea. São Paulo cidade azul: ensaios sobre as imagens da cidade no cinema paulista dos anos 1980. São Paulo: Alameda, 2012.

_____. A experiência da imagem na etnografia. São Paulo: Terceiro Nome, 2016.

BEAUVOIR, Simone. Segundo sexo. 2ª Edição – Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2009.

BECKER, HOWARD S. Outsiders – 1ª Edição – Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2008.

BERUTTI, Eliane Borges. *Transgenders*: questionando os gêneros. Corpo e Imagem, org. Bernadette Lyra e Wilton Garcia. São Paulo : Arte e Ciência, 2002.

BUTLER, Judith. Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade – 9ª Edição. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2015.

CARTIER-BRESSON, Henri. O imaginário segundo a natureza. Tradução Renato Aguiar. Editorial Gustavo Gili, 2004.

CLIFFORD, James. A Experiência Etnográfica: antropologia e literatura no século XX – 3ª Edição – Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

DIDI-HUBERMAN, G. Quando as imagens tocam o real. Revista Pós. Belo Horizonte, v. 2, n. 4 nov 2012.

DUTRA, Rogéria Campos de Almeida; RIBEIRO, Nádía Oliveira Vizotto. A Antropologia Urbana no Brasil. *Teoria e Cultura* Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF. Juiz de Fora, v. 8, n. 1, p. 127 a 138, jan./jun. 2013.

FIPE (Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas), Prefeitura Municipal de São Paulo – SMADS. Pesquisa censitária da população em situação de rua. São Paulo, outubro de 2015.

FELTRAN, Gabriel. “Periferias, direito, diferença: notas de uma etnografia urbana”. Revista de Antropologia Vol. 53 n.2, 2010.

FREIRE, Lucas. Corpos de papel: sobre a materialização de pessoas transexuais e a regulação do acesso a direitos. cadernos pagu (48), 2016.

FOUCAULT, Michel. 2001. "Aula de 22 de janeiro de 1975". In: Os Anormais. São

Paulo: Martins Fontes.

GEERTZ, Clifford. A Interpretação das Culturas – 1º Edição – Rio de Janeiro: Editora LTC, 1926.

GOFFMAN, Erving. Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada – 4ª Edição – Rio de Janeiro: Editora LTC, 2015.

GOLDMAN, Marcio. Antropologia Contemporânea, Sociedades Complexas E Outras Questões. Anuário Antropológico/93, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.

HENLEY, Paul. “Narrativas a verdade velada do documentário etnográfico?” IN: Barbosa, Andrea, Cunha, Edgar Teodoro, Hikiji, Rose Satiko Gitirana, Novaes, Sylvia Caiuby. A Experiência da Imagem na Etnografia. São Paulo: Terceiro Nome, 2016. P. 59-86.

INGOLD, Tim. 1994. “Humanidade e Animalidade” Revista Brasileira de Ciências Sociais n. 28, ano 10, p. 39-54.

JIMENEZ, Luciene. ADORNO, Rubens C. F.O sexo sem lei, o poder sem rei: Sexualidade, gênero e identidade no cotidiano travesti. Cadernos PAGU (33), julho-dezembro de 2009: 343-367.

KASPER, Christian Pierre. Habitar a rua. Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Doutorado em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual, 2006.

KULICK, Don. Travesti: prostituição, sexo, gênero e cultura no Brasil. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2008.

KOSSOY, Boris. Fotografia e memória: reconstituição por meio da fotografia. In: SAMAIN, Etienne (Org.). O fotográfico. São Paulo: Hucitec, 1998. p.41-47.

LEAL, Eduardo Martinelli. O Outro Nome da Pobreza: a “situação de rua” na perspectiva antropológica. 32º Encontro Anual da ANPOCS, 2006.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Natureza e Cultura. Revista Antropos – volume 3, ano 2, dezembro de 2009.

LIMA, Luiza Ferreira. A 'verdade' produzida nos autos: uma análise de decisões judiciais sobre retificação de registro civil de pessoas transexuais em Tribunais brasileiros. 2015. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2015.

LOURO, Guacira Lopes. Um corpo estranho: ensaios sobre sexualidade e teoria queer. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia

- urbana. Revista Brasileira de Ciências Sociais – vol. 17, nº 49, junho de 2002: 11-29.
- _____. A antropologia urbana e os desafios da metrópole. Aula inaugural realizada em 10 de março de 2013 na FFLCH/USP. Tempo Social - USP: Abril de 2013, pp. 82-95.
- MARX, Karl. O Capital, Livro I – 1ª Edição – São Paulo: Editora Boitempo, 2013.
- MISKOLCI, Richard. A Teoria Queer e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. Sociologias, Porto Alegre, ano 11, nº 21, jan./jun. 2009, p. 150-182.
- MONTERO, Paula. Reflexões sobre uma Antropologia das sociedades complexas. Revista de Antropologia. São Paulo, USP, n 34, 1991, pp. 103-130.
- NEVES, Delma Pessanha. DOSSIÊ: Categorizações Deformantes: patrimônio de gestão dos pobres (Mendigos, vagabundos, população em situação de rua). Revista Antropolítica, n. 29, p. 9-35, 2. sem. 2010.
- NOVAES, Sylvia Caiuby. O silêncio eloquente das imagens fotográficas e sua importância na etnografia. Cadernos de arte e antropologia, vol. 3, p. 57-67.
- NUN, José. Superpoblación relativa, ejército industrial de reserva y masa marginal. Retirado de *La Teoría Social Latinoamericana, Tomo II: La teoría de la dependencia Ruy Mauro Marini e Mária Millán (Organizadores)*.
- PRINS, Baukje; MEIJER, Irene. “Como os corpos se tornam matéria: entrevista com Judith Butler”. Trad. Susana Bornéo Funck. Revista Estudos Feministas. v. 10 (1), 2002.
- ROSA AS, BRÊTAS ACP. Enfermagem e Saúde: olhares sobre a situação de rua. Curitiba: Editora CRV, 2013.
- SIMMEL, Georg. Psicologia do dinheiro e outros ensaios – 1ª Edição – Lisboa: Edições Textos & Grafia, 2009.
- SNOW, David A. & ANDERSON, Leon. Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1998.
- SOUZA, Davisson. A atualidade dos conceitos de superpopulação relativa, exército industrial reserva e massa marginal. Cadernos Cemarx, nº 2, 2015.
- STRATHERN, Marilyn. O efeito etnográfico. São Paulo: Cosac Naify, 2014.
- VARANDA, Walter. Do direito à vida a vida como direito – Sobrevivência, intervenções e saúde de adultos destituídos de trabalho e moradia nas ruas da cidade de São Paulo. Dissertação de mestrado apresentada à USP, 2003.
- WAGNER, Roy. A invenção da Cultura – 1ª Edição – São Paulo: Cosac Naify, 2012.

1. As Bahias e a Cozinha Mineira, álbum *Mulher*.
2. Mc Linn da Quebrada

Filmografia:

1. Tomboy
2. Transfiction, Johannes Sjöberg, 2007
3. Laerte-se

Audiovisual:

1. Seminário Queer: Gênero e Sexualidade. Foi realizado nos dias 9 e 10 de setembro/2015, no Sesc Vila Mariana em São Paulo. Palestrantes: Berenice Bento, Marie-Helène Bourcier e Marcia Tiburi. Mediação: Marta Colabone.

2. Seminário Queer: O que é o Queer? Palestrante: Richard Miskolsci e Mediação: Raquel Cozer.

3. Vídeo: Two spirits.